



## **POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO DA GRADUAÇÃO: O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL**

Flávia Paloma Cabral Borba<sup>(1)</sup>; Alan Leite Moreira<sup>(2)</sup>

*<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) - Centro de Educação (CE)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: palomacborba@gmail.com*

*<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) - Centro de Educação (CE)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: alanpb@hotmail.com*

### **Resumo:**

A pesquisa, de caráter qualitativo, apresenta uma breve descrição histórica das universidades públicas brasileiras e seu contexto político-econômico, relacionando a conjuntura desse desenvolvimento com a gerência de políticas públicas de educação superior no país, sobretudo, da evolução do Programa de Educação Tutorial - PET, uma política criada em 1979 e voltada para qualificação da graduação em instituições de educação superiores públicas e privadas. A proposta é apontar como o progresso do PET se relaciona com as situações sociais e políticas a partir da década de 70, considerando também as influências do pensar universitário das décadas anteriores. Com base na estratégia metodológica da pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho utiliza como referência as fases descritas por Marilena Chauí (Universidade Funcional, Universidade de Resultados e Universidade Operacional) como norte para análise. Além disso, compreendendo a educação como bem público e, estando as demais instâncias e atores dos processos de gestão envolvidos nesta condição, a universidade é reconhecida como parte orgânica da sociedade e, como tal, ao tempo que é influenciada, também influencia a sociedade nos desafios da construção de um fazer universitário comprometido com processos científicos, culturais, políticos e econômicos socialmente responsáveis.

**Palavras-chave:**, Programa de Educação Tutorial, políticas públicas educacionais, qualificação da graduação, universidade e sociedade.



## **INTRODUÇÃO**

O Programa de Educação Tutorial (PET) é, atualmente, uma política pública de educação superior gerida pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC). O PET contempla estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento, de instituições públicas e privadas, organizados em grupos, interdisciplinares ou não, acompanhados por professores Tutores, desenvolvendo indissociavelmente atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Atua como uma importante de qualificação dos cursos de graduação em 109 (CENAPET, 2015) instituições de educação superior brasileiras.

A estruturação desse programa caminhou junto com o desenvolvimento das universidades desde o final da década de 70, imprimindo a influência das celeumas da educação superior no País. Seu histórico de resistência e luta contra a descaracterização de suas atividades e sua peculiar participação no cenário das políticas educacionais de educação superior do país, foi também bandeira de luta pela qualificação de uma graduação comprometida com experiências acadêmicas inovadoras e capazes de superar modelos universitários não associados à promoção da educação como bem público.

A pesquisa em tela se propõe a descrever os pontos chave do avanço do PET juntamente com os processos conjunturais vividos pela universidade pública brasileira desde 1970, orientando-se pelas fases descritas por Marilena Chauí (2014), que classifica as universidades dos anos 70 como Funcional, dos anos 80 como de Resultados e as atuais como Operacional.

A pertinência desse estudo se justifica pela necessidade de pensar estratégias de operacionalização de políticas públicas educacionais que considere suas especificidades e sua condição dinâmica que, no PET, condensa características de uma política ampla e comprometida com a formação global do alunado numa perspectiva de compromisso social.

## **METODOLOGIA**

Considerando os objetivos pretendidos, apresenta-se uma análise dessa transição, percebendo a radical mudança na formatação dessa política que superou o estigma de um programa de graduação elitista de seleção e treinamento dos melhores alunos para alcançar a pós-graduação, e se consolidou como um Programa acadêmico comprometido com ações que conjuga direcionamentos para a melhoria da qualidade da graduação, envolvendo as dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e participando como estruturante de políticas públicas de qualificação da





graduação. Para tal, o trabalho contextualizará, baseando-se em pesquisa bibliográfica e documental, os aspectos históricos, sociais e econômicos das já citadas fases com o processo de evolução e transformação do Programa, discutindo e problematizando os elementos que se relacionaram e influenciaram tal mudança.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A universidade brasileira – Uma construção ideológica plural**

A construção do pensamento educacional está fortemente ligada aos processos ideológicos de construção de nação, que aconteceram de formas variadas em diversos países. No Brasil, a lógica dos processos educacionais vinculou-se ao ideal de dominação, próprios da concepção hegemônica da relação colonizador/colonizado. Esse fator foi determinante para a ausência da manutenção de um processo educacional restrito e pontual, sem grandes investimentos.

Em 1808, com chegada da corte portuguesa na colônia, instaurou-se a necessidade de adequar o Brasil à nova configuração de sede metropolitana. Esse episódio trouxe a efetivação dos cursos superiores de caráter profissionalizante, destacando a influência do modelo francês de organização estrutural da educação superior, que se orienta por “escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa” (PAULA, 2009, p.73), sendo característicos a condição de fragmentação institucional e o enfoque nos cursos de Direito, Engenharia e Medicina.

Essas poucas linhas do contexto da pré-institucionalização da universidade pública, finalmente instituída em 1920 (FÁVERO, 2006), não tem por intento dar conta de uma análise minuciosa da criação das universidades no país. Eis sua principal intenção: entender a bagagem ideológica que a formação do pensamento universitário brasileiro recebeu nos primeiros séculos pós- colonização. A vinculação da educação brasileira a projetos político-econômicos pontuais e transitórios faz Darcy Ribeiro concluir sobre a frágil construção de universidade pública brasileira, dizendo que

até agora na América Latina, as universidades atuaram especialmente como agentes da manutenção da ordem instituída ou, no máximo, da modernização reflexa de suas sociedades (RIBEIRO, 1978, p.78).



Mais alguns destaques da educação brasileira, sobretudo da educação superior, dos anos 30 aos anos 60 do século XX contribuirão para o entendimento dessa fragilidade. Nos anos 30, a acentuada centralização política, legitimada pela promulgação da segunda Constituição Republicana em 1934, influenciou na principal reforma educacional desta época: a Reforma Campos (FÁVERO, 2006).

Esta década tutelou muita das principais políticas de educação, incluindo as que atingem o Ensino Superior. Dentre elas, cabe destacar a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras e a criação do Conselho Nacional de Educação. Mesmo com as críticas ao modelo “fragmentado e profissionalizante das instituições brasileiras de ensino superior” (PAULA, 2009, p.74), havia os que o defendessem como atribuição prioritária da universidade, em detrimento do desenvolvimento da pesquisa científica, mantendo o padrão de um modelo napoleônico de universidade, com primazia profissionalizante, atendendo as necessidades do Estado centralizador. Vale lembrar que a Reformar Campos primava pela indissociabilidade entre ensino e pesquisa nas universidades, e objetivava traçar diretrizes para adequar a educação à modernização do país, com especial cuidado à formação de elites e na instrução profissional. O estímulo à privatização era uma realidade, ficando a educação pública destinada a camada da população que não pudesse arcar com os custos da formação privada (VIEIRA, 2007), inclusive constando no texto da Constituição de 1937 a livre iniciativa particular para promoção da arte, da ciência e do ensino.

Nesse formato, tem-se ainda a instituição do sistema de Cátedras e a concessão de uma autonomia relativa às universidades. No caminho inverso, a idealização e criação da Universidade de São Paulo (USP) levanta a bandeira de uma instituição baseada na concepção alemã de universidade, de caráter Liberal. A USP será um dos principais canais de discussões sobre a importância de uma universidade voltada à formação científica, mas ainda carregando o viés elitista de universidade. Além da formação profissional, estava comprometida com “um saber livre e desinteressado, capaz de contribuir para o progresso da nacionalidade em formação e para o enriquecimento da educação” (PAULA, 2009, p.74).

A redemocratização do país e suas nuances de caráter liberal inaugurará o período da universidade brasileira no chamado “Pós-45”, que encerra o período de Getúlio Vargas no poder e põe fim ao Estado Novo. Nas décadas seguintes, são registradas lutas e iniciativas em prol de uma autonomia universitária real, além da massiva multiplicação das universidades ainda que com superioridade profissionalizante. Com isso, criou-se uma falsa ideia de democratização da





universidade, que se refletia no acelerado crescimento econômico do país vivido nos anos 50 por conta da industrialização, além de os debates acerca da precarização da educação superior serem recorrentes, participando a sociedade, docentes e, também, os estudantes.

Já na intervenção militar, após 1964, o país apresentará a Lei n. 5540/68 que trata da reforma universitária. Com influência latente da concepção norte-americana de universidade, as instituições universitárias brasileiras, a partir de então, adequaram-se, impositivamente, a um sistema declaradamente voltado aos interesses capitalistas e centralizadores. Dessa forma, houve a necessidade das instituições responderem às demandas do mercado e a abertura à proliferação de instituições privadas de nível superior e fragmentação da gestão, criando abismos entre as atividades fim e as atividades meio, além da massiva expansão de vagas, numa perspectiva excludente e não democrática. Nesse contexto, a influência do modelo norte-americano de pensar a educação universitária dominou a nova estrutura política do Brasil a partir de 1964.

A ditadura imposta na intervenção do governo dos militares seguia a cartilha do mundo capitalista, com grande intervenção do Estado na economia, além de suntuosos investimentos nacionais em programas de crescimentos estruturais, muitos creditados pelos Estados Unidos, a fim de captar indústrias de capitais estrangeiros. O crescimento econômico, a diminuição do desemprego e o aumento do Produto Interno Bruto são alguns dos elementos que influenciaram na massificação de vagas do ensino superior, abrindo também portas à oferta de vagas no setor privado.

A ampliação dessas vagas não tinha relação com um projeto social de democratização e promoção de uma educação de qualidade para todos. Este ainda era consequência do processo de industrialização vivido desde o início da década de 50. Diante do Milagre Econômico, fase da economia brasileira dos anos 60 que também contou com o endividamento externo e altos índices de inflação, o país tratou de moldar o sistema educacional no sentido de atender as necessidades políticas-econômicas, promovendo reformas na educação no sentido de atender as demandas do mercado. Saviani destaca que a orientação geral da perspectiva do governo militar para a educação, apontava para a profissionalização do nível médio e a integração da graduação com a formação tecnológica (SAVIANI, 2008).

Especialmente na educação superior, a influência estadunidense foi oficializada através do acordo firmado entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento, o acordo MEC-USAID. Mesmo com as grandes intervenções dos movimentos populares e de organizações da sociedade civil do início dos anos 60, que promoveram extensos



debates e ações em prol de uma educação de qualidade para todos, em 1968, na presidência de Costa e Silva, a lei n. 5.540 que trata da reforma universitária, foi apresentada ao país desconsiderando muito dos anseios de uma educação de formação humanista.

Além disso, o relatório produzido pelo consultor americano Rudolph Atcon, em que baseou suas intervenções no formato Teacher's College, predominante nos Estados Unidos, trouxe muitas mudanças no formato das universidades brasileiras. Dentre elas, a extinção do sistema de cátedras, a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a consequente criação dos centros, departamentalização e subordinação diretamente à administração central, gestão baseada na eficiência e eficácia empresarial como, dentre outras, os investimentos na pós-graduação. Também se viu a aglutinação de faculdades em universidades, o vestibular classificatório e a facilitação, por parte do governo, de processos de autorização de cursos superiores, especialmente na demanda privada (MULLER, 2003).

### **O programa de Educação Tutorial - da Universidade Funcional a Universidade Operacional.**

Marilena Chauí, quando falou sobre a greve deflagrada na USP em 2014, prestou análise sobre os tipos de instituições universitárias públicas que se desenharam desde a década de 1970 até a atualidade. Ela identificou três categorias: a Universidade Funcional, a Universidade de Resultados e a Universidade Operacional. Entre outros pontos da discussão de Chauí (2014), destacamos para este estudo, além das categorias de universidade que tutelaram a conjuntura do PET, a definição da necessidade de se conceber instituições universitárias públicas como instâncias eminentes de prática social e, com isso, que se vista da condição de instituição, ou seja, “significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa.” (CHAUÍ, 2014, p.02).

O PET foi idealizado em 1979, no limiar da Universidade Funcional da década de 70, ou seja, na conjuntura da expansão das vagas de educação superior para fins de sustentação político-ideológica da classe média ao governo dos militares, com promessas de ascensão social via diploma universitário. Ainda no contexto da expansão das universidades no início dos anos 80, o perfil primeiro do Programa, que iniciou seus trabalhos batizado como Programa Especial de Treinamento, cumpria o atendimento de superação de deficiências na formação acadêmica no intuito de garantir clientela para ações de pesquisa e pós graduação. A massificação da educação superior fez do PET o responsável por formar grupos de elite acadêmica na graduação (MULLER,





2003). Era a perspectiva meritocrática e de treinamento como filosofia do Programa que espelhava o contexto de instabilidade que passavam as Universidades naquele período:

As Universidades de um modo geral enfrentavam problemas para atingir adequadamente a todos os alunos devido a restrições financeiras, e sua expansão não estava sendo acompanhada pela melhoria da qualidade (TOSTA et al, 2006, p.?).

A primeira década do programa aconteceu junto com a Universidade de Resultados, nos anos 80, e ainda representava em maioria as condições da década anterior, com destaque para as parcerias das universidades com as empresas privadas que direcionavam as pesquisas produzidas pelas IES aos seus interesses: “Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados” (CHAUÍ, 2014, p.04).

Trabalhando as condições impostas pelo seu contexto, o Programa começou a avançar no sentido da sobreposição dos estigmas que carregava em sua idealização e, entre o período de 1985 a 1987. Observou-se a melhora no gerenciamento a nível institucional do Programa, principalmente pelos investimentos aplicados pela CAPES, instância responsável pela gestão do Programa nesse período; o fortalecimento da relação entre os professores envolvidos com o PET, com troca de experiências e formalização de encontro para discussão dos rumos e direcionamentos do Programa e, já como ação consequente, a elaboração de normas específicas sobre o funcionamento dos grupos, garantindo o nivelamento das atividades e o cumprimento de ações que fossem além das questões de treinamento para pós-graduação e, também, o acompanhamento sistemático dos grupos nas IES por meio de pareceres técnicos e relatórios de atividades (DESSEN, 1995).

Ainda nos anos 80, o PET ampliou o número de instituições contempladas pelo Programa, em instituições públicas e privadas, porém, a predominância se manteve com as instituições públicas da esfera federal (DESSEN, 1995). Mesmo sendo o principal objetivo do PET a melhoria da qualidade do ensino superior, compondo grupos de estudos para estudantes com bom rendimento acadêmico sob a orientação de um professor tutor, sua proposta era frágil por atender apenas uma pequena demanda e limitar-se às atividades academicistas. Contudo, esta realidade foi se transformando na medida em que os grupos ganhavam força e espaço político.

A partir de 1990, devidamente regulamentado, integra aos objetivos do PET contribuir com a política de diversidade e ações afirmativas, além do desenvolvimento de sua principal característica, que é a composição de atividades sob o princípio da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.



Sem destoar de outras políticas, com o sucateamento vivido pelas universidades públicas brasileiras na Reforma Gerencial dos anos de 1990 e da política de privatizações, já com advento da Universidade Operacional voltada para lógica da eficácia organizacional e comprometida com processos de gestão baseados na produtividade (CHAUÍ, 2014), o PET sofreu grandes instabilidades e ameaças de extinção. Dada a situação, a fim de levantar informações relevantes sobre a pertinência do Programa, no governo FHC, a CAPES, através do NUPES/USP (Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior da Universidade de São Paulo), realizou pesquisas, coordenada pela Professora Elizabeth Balbachevsky, para avaliar as atividades do Programa.

O PET atingia seu objetivo ao garantir maior envolvimento dos seus bolsistas com as atividades de Ensino na graduação quando comparado aos programas de iniciação científica, voltados exclusivamente à pesquisa, refletindo em relevante melhora do desempenho dos alunos de graduação e a qualificação dos cursos. Como bem analisado por Balbachevsky, em avaliação publicada no INFOCAPES (1998), o PET garantiu aos seus bolsistas uma formação mais abrangente, revelando expressivo aproveitamento das atividades acadêmicas e maior envolvimento na graduação, principalmente quando comparado aos participantes de programas de iniciação científica. Além do envolvimento nas atividades de Ensino, o resultado da avaliação destaca maior participação também nas atividades de Extensão e Pesquisa.

Além da avaliação da CAPES, paralelamente, o Ministério de Educação contrata uma empresa de consultoria para também realizar uma avaliação das atividades PET. Ambas chegaram a resultados satisfatórios, mas mesmo assim não foram suficientes para manter a continuidade desta política pública, inaugurando, em 1997, o processo de desativação do PET. Inicialmente, isto ocorreu com a diminuição em 50% das verbas e de números de bolsistas por grupo. Neste ano, o país já contava com 317 grupos PET distribuídos em 59 IES do país (MÜLLER apud **BARBOSA** et.al., 2013).

Como resposta a crise institucional e a possível extinção desta política, membros do Programa em instituições de graduação de todo o Brasil se organizaram e articularam o Movimento em Defesa do PET que, segundo MULLER, estava comprometido não só com a manutenção do Programa, mas também com a qualificação da educação superior no país. As lutas e os movimentos pela permanência do PET desenharam o caráter político do Programa, fortalecendo suas bases e impulsionando a continuidade de suas atividades.

Em 1999, o Ofício Circular emitido pelas CAPES às IES determinava o fim das atividades petianas até o dia 31 de dezembro daquele mesmo ano. Em ato de resistência e fortalecimento do





Programa, também em 1999, foi criada a Comissão Executiva Nacional do PET (CENAPET). A figura desta instância, que objetivava também, politicamente, articular melhor os atores, estabeleceu um diálogo com o governo federal e, junto com o Congresso Nacional, foi possível derrubar a decisão de extinção do Programa.

O PET acabou passando por reestruturações desde então, principalmente ao que tange a filosofia e objetivos do Programa: a construção ideológica de sua proposta não estava mais baseada na perspectiva do treinamento, mas da criação de situações de aprendizagem que desenvolvessem habilidades para soluções de problemas da atualidade, estimulando uma postura crítica do estudante diante do mundo que o cerca. As origens do PET como um programa de treinamento não cabia mais no direcionamento que os próprios atores do programava almejavam, que é o de desenvolver práticas pedagógicas interdisciplinares e integradas de ensino, de pesquisa e de extensão, em contraste com métodos de memorização e reprodução de informações.

A própria luta em defesa do Programa, entendido como um instrumento de garantia de qualidade da educação superior envolveu os estudantes e o cumprimento de seus papéis de cidadãos incentivando-os a participarem criticamente e, tal processo, refletiu na própria identidade do PET: “A formação política dos alunos do programa, como sujeitos de decisões, evidencia-se nos processos interativos com diferentes comunidades e temas” (LAFFIN, 2007, p. 28).

Administrativamente, a partir dos anos 2000, o PET passou a ser gerido pela SESu/MEC. Contudo, a instabilidade da permanência do Programa ainda era pauta de discussão, já que a suspensão de pagamentos de tutores e atraso de bolsas de estudantes abalavam a continuidade das atividades. Em um contínuo processo de fortalecimento, pós 1998, o programa foi se desenhando, e crescendo, principalmente quando o “Programa Conexões de Saberes” se fundiu ao PET, aumentando ainda mais o espaço da interdisciplinaridade e estreitamento do Programa com o atendimento de demandas de correções de desigualdades. Em 2003, já com 295 grupos em todo o país, O PET é rebatizado, agora como Programa de Educação Tutorial, em atendimento a nova perspectiva de intervenção na graduação, considerando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Finalmente, em 2005, o PET ganha respaldo legal, sendo oficialmente instituído pela Lei nº 11.180/2005. Além disso, outros documentos regulamentadores também foram publicados, a fim de definir questões administrativas, de avaliação, de acompanhamento e de unidade nacional, definindo o PET como um programa vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, composto por um conjunto de grupos de no máximo 12 estudantes cada, acompanhado por um tutor que estimula a



participação do grupo a desenvolver ações, de forma articulada, de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando experiências que ampliem conhecimentos numa perspectiva de cooperação mútua, superando os padrões engessados em didáticas conteudistas de reprodução da informação (BRASIL, 2006). Vale salientar que a construção da nova identidade do PET foi construída coletivamente. Além das lutas e movimentos pela permanência do PET, os Fóruns, Encontros Regionais e Encontros Nacionais sediaram debates e assembleias de onde eram propostos e votados os encaminhamentos para o Programa. Os resultados destes foram incorporados pela SESu e refletidos no arcabouço legal desta política.

Atualmente, a maior parte dos grupos PET está concentrada na região Sudeste, com 276 grupos, seguido pela região Nordeste, com 213. No Brasil, ao todo, soma-se 842 grupos (CENAPET, 2015).

## **CONCLUSÃO**

A história da formação das universidades confunde-se com o processo político-econômico de seu tempo. Mesmo sempre em busca da formação de sua identidade e de autonomia, a educação superior tendia a ser um reforço das ideias que dominavam determinado contexto conjuntural.

No Brasil, a construção da Universidade foi marcada pela promoção pontual da educação técnica, servido ao caráter da produção capitalista, sendo a partir de uma perspectiva de modernização que, então, as universidades, controladas pelo Estado, são vinculadas a ideia de fomentadora da ciência e da tecnologia. Tal mudança dar-se, principalmente, pelo viés globalizado que permeia os direcionamentos da economia neoliberal. Sabendo-se que o processo de globalização aconteceu de formas distintas nas diferentes nações, também o acesso à educação marcou áreas dicotômicas. Na educação superior, as privatizações e massificação do acesso às universidades públicas desassociado de um projeto que acompanhasse o crescimento e garantisse a qualidade, promoveu uma falsa ideia de democratização e inclusão, fato este que evidenciou nas instituições de ensino superior relevante heterogeneidade, produzindo instituições acadêmicas com perfis específicos para determinados públicos.

Dada a situação de precarização da educação superior, por iniciativa da CAPES, foi criado o PET, no compromisso de atendimento a uma necessidade específica dos cursos de graduação das instituições de educação superior públicas do país, frente a uma política de expansão que não carregava em si o carisma do acesso democrático, tão pouco a garantia na qualidade da educação,





com predomínio da lógica produtiva, no intuito de habilitar e dar condições para interagir de modo competitivo no mercado, tendo o forte incremento do setor privado, segundo os parâmetros de avaliação e controle dos organismos multilaterais internacionais, pressionando os Estados a aplicar estratégias empresariais para gerir as políticas públicas.

Tal conjuntura sócio-político-econômica, construída ao longo do processo político e histórico do Brasil, fez com que o programa propagasse uma marca elitista de captação dos melhores, frente à massificação das vagas na graduação que não oferecia condições de sucesso a todos os ingressantes dos cursos e, também, ao consequente sucateamento da educação superior pública, ocorrido principalmente na década de 90.

A apropriação dessa política pela comunidade acadêmica, principalmente pelos próprios membros do PET, imprimiu uma marca de excelência no desempenho dos bolsistas do Programa, refletindo também na melhoria do próprio curso, já que as atividades elaboradas e aplicadas pelos grupos, atingiam os demais estudantes não só no ensino, mas também nas áreas de pesquisa e extensão. A proposta inicial de ser o PET uma política de treinamento para a pós-graduação não cabia mais na própria estrutura que era executada pelos integrantes. A perspectiva de reforço apenas para um seletivo grupo de notáveis foi superada e, em seu lugar, dominaram atividades de articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, de amplo entendimento do estudante em sua multidiversidade cultural e social, pensadas para contribuir com a formação cidadão, científica e profissional da graduação por meio de práticas inovadoras que questione modelos dominantes e fomentem práticas libertadoras, contribuindo para uma aprendizagem significativa, que vão além do domínio de conteúdos sistematizados. A orientação tutorial, não mais de treinamento, adequou esta política ao que ela de fato propunha e executava: “articulação na formação em suas diferentes áreas, contribuindo sobre maneira para a melhoria do sistema de ensino superior, pelo fomento de práticas inovadoras e de repercussão social” (LAFFIN, 2007, p.24).

Sendo assim, o PET, entendido como uma política pública educacional exitosa, que superou e sobreviveu as pressões dos ditames econômicos de uma educação produtivista, se configura como uma importante ferramenta na construção de um pensar universitário que entenda o seu papel no desenvolvimento social, científico e cultural da nação, entendendo que é pela universidade que passam os caminhos que levam a real democratização do conhecimento.



## REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. O Programa Especial de Treinamento – PET/CAPES – e a graduação no ensino superior brasileiro. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **INFOCAPES – Boletim Informativo**. Vol.6, N.02, abr./jun. 1998. p. 6-23.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação superior. **Manual de orientações básicas** – Programa de Educação Tutorial. Brasília, 2006. Disponível em: <[www.mec.gov.br/pet](http://www.mec.gov.br/pet)> Acesso em: 31/07/2015.

CENAPET. **Dados sobre o Programa de Educação Tutorial** – PET atualizados em abril de 2015. Disponível em: <<https://cenapet.files.wordpress.com/2015/03/dados-pet-20151.pdf>> Acesso em: 31/07/2015.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a universidade operacional**: a greve de 2014. São Paulo, 2014.

DESSEN, Maria Auxiliadora. O Programa especial de treinamento – PET: evolução e perspectivas futuras. In **Didática**, São Paulo, 1995, p.27-79.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n 28, p 17-36, 2006.

LAFFIN, Marcos. Princípios explicativos do Programa de Educação Tutorial. In **Programa de Educação Tutorial**: Estratégia para o desenvolvimento da graduação. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

MULLER, Angélica. **Qualidade no ensino superior**: a luta em defesa do programa especial de treinamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PAULA, Maria de Fátima de. **A formação Universitária no Brasil**: concepções e influências. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar. 2009

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Regime Militar**. Cad. Cedes, Capinas, Vol. 28, n.76, p.291 – 312, set./dez. 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. In **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. V. 88, n. 219, p. 291-309, mai/ago. Brasília: 2007.

TOSTA, Rosa Maria. (et al.). Programa de Educação Tutorial (PET): Uma alternativa para a melhoria da graduação. **Psicol.Am.Lat.**, México, N 8, nov.2006. Disponível em: <<http://www.psicolatina.org/08/programa.html>> Acesso em: 10/07/2015.